



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6427 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UM ESTUDO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS

Lilian Fabiana Ribeiro Nascimento Garcia - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Helio Cleidilson de Oliveira Sena - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Marcela Clarissa Damasceno Rangel de Farias - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UM ESTUDO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS

1 INTRODUÇÃO

Diante do crescimento dos colégios militares no Brasil e do lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) pelo Decreto nº 10.004/2019, torna-se relevante conhecer como tem se dado a expansão do ensino militar no contexto neoliberal. O Pecim foi criado para: fomentar escolas cívico-militares; contribuir para a consecução do Plano Nacional de Educação; contribuir para a implementação de políticas de Estado para a melhoria da Educação Básica, com ênfase em acesso, permanência, aprendizagem e equidade; contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho dos profissionais da educação; proporcionar aos alunos a sensação de pertencimento ao ambiente escolar e a integração da comunidade escolar; colaborar para a formação humana e cívica do cidadão; contribuir para a redução dos índices de violência e a melhoria da infraestrutura nas escolas públicas regulares; e contribuir para a redução de evasão, repetência e abandono escolar. (BRASIL, 2019a). Até 2023, o programa quer implementar 216 escolas cívico-militares.

Como diz Silva (2015), as duas últimas décadas assinalaram intensas reformas nas políticas de escolarização para situar os currículos escolares no interior de novas gramáticas políticas e pedagógicas, influenciadas pela racionalidade neoliberal, que propõe uma reconfiguração do papel do Estado, repassando responsabilidades para a sociedade civil. Diante de tal contexto, este trabalho procura problematizar e compreender como está sendo articulado o Pecim, a partir da análise do seu decreto de criação, da portaria de regulamentação e do manual de orientação do programa, que constituem o *corpus* empírico. Para tanto, a metodologia utilizada foi a análise documental. Inspirados por Samara e Tupy

(2010), que dizem que “nem todo registro escrito é um documento histórico e nem todas as fontes históricas apresentam-se como documento escrito” (SAMARA; TUPY, 2010, p. 69), os documentos foram por nós analisados com foco no objetivo da pesquisa e não na historicidade, como documentos-monumentos.

Uma hipótese acerca do motivo da ampliação das escolas militares assenta-se na crença de que tais instituições são apresentadas como “soluções” para locais de grande vulnerabilidade social e criminalidade. No Brasil, atualmente, existem 242 colégios militares, de dependência federal, estadual e municipal.

Nas seções seguintes, apresentamos: um mapeamento dos colégios militares; uma breve introdução às reformas educacionais neoliberais; a discussão e os resultados da pesquisa; e, por fim, a conclusão.

2 COLÉGIOS MILITARES NO BRASIL

O primeiro colégio militar do Brasil surgiu em 1889, na cidade do Rio de Janeiro, e pertence ao Exército Brasileiro, que possui um Sistema de Colégios Militares (SCMB) composto por 13 colégios, situados nas seguintes cidades brasileiras: Manaus (AM), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Juiz de Fora (MG), Santa Maria (RS) e Belém (PA). (CASTRO, 2016, p. 32). Ao longo do tempo, os colégios militares foram ganhando espaço. Hoje existem nas três esferas de governo, no âmbito federal, subordinados às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica); e nos âmbitos estadual e municipal, subordinados a Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos estados, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Dessa forma,

O Brasil tem dois tipos de ensino militar: os Colégios Militares do Exército, que são colégios federais, cuja gestão é feita pelo Exército Brasileiro, e os Colégios Militares da Polícia Militar, que são colégios estaduais e a gestão é feita pela Polícia Militar (PM) dos Estados. Já as escolas militarizadas [...] são escolas estaduais de ensino civil, que passam a ser comandadas pela Polícia Militar estadual, com o objetivo de conter a crescente onda de violência no interior dessas instituições de ensino. Essas escolas geralmente estão localizadas nas periferias das grandes cidades, em áreas de maior pobreza. (SAUER, 2017, p. 14).

As escolas públicas regulares que estão se transformando em colégios militares têm crescido ao longo das últimas décadas, adotando um novo modelo de gestão entre estados e municípios, que é respaldado pelos termos de cooperação com as corporações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Percebemos que as escolas militarizadas estão sendo fomentadas pelo Governo Federal. Nesse sentido, temos como exemplo a expansão dos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG) através de termos de cooperação: “Os CPMG são diferentes dos Colégios Militares (CM), porque são ligados diretamente ao Comando de Ensino que está hierarquicamente ligado à Secretaria de Segurança Pública.” (CRUZ, 2017 p. 67).

Em relação ao modelo de gestão desses colégios, no âmbito das forças armadas, a gestão é de responsabilidade dos próprios militares e do pessoal civil que faz parte do quadro organizacional da instituição; no âmbito estadual ou municipal, a gestão desses colégios é híbrida, e há uma divisão de responsabilidade entre os militares das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros e os servidores das Secretarias de Educação, em que a gestão geral e disciplinar é de competência dos militares e, a gestão pedagógica, dos servidores das secretarias.

O total de colégios militares nos âmbitos federal, estadual e municipal, por regiões, está assim distribuído: Centro-Oeste (72), Nordeste (43), Norte (62), Sudeste (48) e Sul (17), totalizando 242 colégios. (BRASIL, 2014, 2015, 2017, 2019a). Dentro das três esferas de governo, esses colégios são assim quantificados: Marinha (3), Aeronáutica (5), Exército (13), Corpos de Bombeiros Militares (17) e Polícias Militares (204). Dentro das redes de ensino, são assim quantificados por dependência: privada (11), municipal (15), federal (21) e estadual (195).

3 NEOLIBERALISMO E REFORMA EDUCACIONAL

O neoliberalismo é fundamentalmente uma racionalidade que estende a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. Neste sentido, Gadelha (2009, 2017) procura demonstrar como determinados valores econômicos, normas, tecnologias e condutas do mundo corporativo-empresarial, à medida que migram para outros domínios, ganham um forte poder normativo, instituindo processos de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em indivíduos-microempresas. Isso redefine e transforma suas relações uns com os outros, com o tempo e o espaço, os modos e estilos de vida, promovendo um amplo empresariamento da sociedade.

As últimas décadas assinalam reformas nas políticas de escolarização para situar os currículos escolares no interior de novas gramáticas políticas e pedagógicas, dentro dessa racionalidade. As críticas à instituição escolar como não sendo capaz de atender e formar o jovem para a vida não cessam, e proliferam soluções que prometem resolver os problemas educacionais – dentre elas, a ampliação de escolas militares.

A governamentalidade neoliberal modificou o que se entende por educação a partir do agenciamento educativo-empresarial, que opera por meio da articulação entre performance, gestão, visibilidade e tecnologias da informação e comunicação. (GADELHA, 2017). Vem se disseminando, no campo educacional, uma nova discursividade, própria da gestão e do mundo empresarial:

A disseminação dessa cultura, sempre em estreita conexão com a educação, com a escola, com projetos sociais e assistenciais, esportivos e de formação técnico-profissional, vem sendo feita de tal modo a ampliar-se progressivamente, como estando associada a virtualmente tudo o que seja decisivo e bom não só para o sucesso dos indivíduos, em particular, mas também para o progresso, o desenvolvimento sustentável e o bem estar de toda a sociedade. Não seria exagerado dizer, nesses termos, que o culto ao empreendedorismo vem sendo apresentado como a panaceia para os males do país e do mundo. (GADELHA, 2009, p. 181).

Performatividade e gerenciamento são as duas principais tecnologias da política da reforma educacional, que, em conjunto, oferecem uma opção politicamente atraente e eficaz ao tradicional provimento de educação para o bem-estar público.

“O neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19), e, nesse sentido, as práticas discursivas e institucionais “engendraram a figura do homem empresa ou do ‘sujeito empresarial’.” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 326). O empresariamento está, pois, diretamente ligado ao novo modelo de educação, que atenta ao formato econômico atual.

A racionalidade empresarial apresenta a vantagem incomparável de unir todas as relações de poder na trama de um mesmo discurso. Nesse sentido, o léxico da empresa contém um potencial de unificação dos diferentes “regimes de existência”, o que explica os governos terem recorrido largamente a ele. Em particular, permite articular os objetivos da política adotada a todos os componentes da vida social e individual (DARDOT;

No Brasil, esse panorama tem se mostrado mais atual na última década diante da mudança de governos com ideais e posicionamentos divergentes quanto ao liberalismo. Neste sentido,

A decisão de governos, de praticar uma política neoliberal, não tem sido aceita passivamente por grande contingente populacional dos países onde estão sendo implementadas essas medidas. Face, em linhas gerais, ao caráter desigual, frio e impiedoso [...] da política neoliberal, uma massa significativa da população tende a ser atingida, seja através do desemprego, da redução salarial, da perda de benefícios diretos e indiretos, dentre outras medidas adotadas. (CERQUEIRA, 2008, p. 183).

De outro lado, uma das facetas da reforma neoliberal é o aumento do conservadorismo, algo que reproduz escolhas de representantes políticos. Para Brown (2019), o neoliberalismo gerou um filho disforme, correspondente ao crescimento de uma extrema direita. Compreender as raízes e forças da situação atual requer avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberais, que inspiram e legitimam a extrema direita. As agendas políticas neoliberais geraram uma sensação de abandono por parte dos novos despossuídos, combinando moralismo, autoritarismo, nacionalismo, conservadorismo cristão e ataque às igualdades. O neoliberalismo, por si só, preparou o terreno para o crescimento do neoconservadorismo, o que pode justificar o anseio pela expansão das escolas militares.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS DA PESQUISA

Recentemente, no âmbito federal, foi promulgado o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui “o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no Ensino Fundamental e no Ensino Médio”. (BRASIL, 2019a, p. 1). O decreto estabelece que o Pecim será desenvolvido pelo MEC e pelo Ministério da Defesa, em colaboração com os estados, municípios e o Distrito Federal, sendo complementar a outras políticas para a melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil. Prevê-se fomento (apoio técnico e financeiro) às escolas públicas regulares que desejarem implementar o modelo das Ecim e fortalecimento (técnico e financeiro) às escolas que já adotem um modelo de gestão com colaboração civil/militar.

O programa compreende um conjunto de ações partindo de um modelo de gestão de excelência na área educacional, didático-pedagógica e administrativa – influência do novo agenciamento educativo-empresarial que articula performance e gestão. O Pecim também traz que o princípio fundamental das parcerias é a promoção aos alunos das escolas públicas regulares estaduais e municipais a uma educação de qualidade, priorizando atendimento às escolas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e preconizando: gestão dos colégios militares; fortalecimento dos valores humanos e cívicos; e indução de boas práticas para melhoria da qualidade do ensino público, que denotam os componentes de gerencialismo e performatividade neoliberais.

A implantação desse programa se inicia em 2020, através da celebração de acordos de cooperação entre as escolas interessadas e o Governo Federal, por intermédio das parcerias com as Secretarias Estaduais, Municipais e Distrital e as Secretarias de Estado de Segurança Pública. Será viabilizada a contratação de militares inativos das Forças Armadas para cargos de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa das escolas, além de militares das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros. Em conformidade com a Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019, do Ministério da Educação, que regulamenta a implantação do

Pecim em 2020, o MEC apoiará a capacitação inicial e continuada dos militares selecionados para atuarem nas escolas que forem contempladas com o programa. (BRASIL, 2019).

Essa portaria traz a regulamentação de consolidação do programa através do modelo de gestão dos colégios militares a partir de 2020, prevendo a implantação de 54 escolas com esse modelo de gestão híbrida. A forma de adesão será através de manifestação de interesse formal e voluntária, observados os prazos estabelecidos pelo MEC. Serão priorizadas duas escolas em cada estado e no Distrito Federal. Caso tenha passado o prazo de manifestação de interesse, será aberto um novo prazo para manifestação dos interessados dos estados e municípios.

A portaria traz ainda alguns critérios de seleção das escolas: alunos em situação de vulnerabilidade social, escola com baixo IDEB, números de matriculados de 501 a 1.000, anos finais do ensino fundamental e/ou ensino médio e aprovação da comunidade escolar através de consulta pública. Conforme já divulgado no site do MEC, já foram selecionadas as 54 escolas para a implantação do programa das escolas cívico-militares, sendo distribuídas em 22 estados e no Distrito Federal. Foram selecionadas 40 escolas da rede estadual e 14 das redes municipais de ensino. O quantitativo de instituições que aderiram ao programa está assim distribuído por região: Centro-Oeste (11), Nordeste (7), Norte (18), Sudeste (5), Sul (13). (BRASIL, 2020a).

O Manual das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2020b) foi criado para orientar os entes federativos na implantação do programa. Traz na sua estrutura vários documentos que as escolas devem seguir, tais como: regulamentos, o regimento, o PPP, normas de condutas, valores, avaliação, dentre outros. Do Manual, destacamos a organização das escolas, que deverão ser compostas por: Direção Escolar; Secretaria Escolar; Divisão de Ensino; Divisão Administrativa; e Corpo de Monitores. Os cargos de direção, secretaria e dos setores de divisão é de responsabilidade das secretarias educacionais. Já os cargos de oficial de gestão escolar e o corpo de monitores são vinculados ao Ministério da Defesa ou aos órgãos de segurança dos estados e municípios. Estes são responsáveis pela gestão educacional da escola, atuando em atividades que incentivem os valores humanos e cívicos e bons comportamentos. O oficial de gestão escolar é o assessor direto do diretor da escola nos assuntos referentes às áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa.

5 CONCLUSÃO

Diante das análises, conseguimos compreender que o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares está sendo articulado com acordos de cooperação entre o MEC, o Ministérios da Defesa e as redes estaduais e municipais de ensino. Podemos perceber que esse programa traz uma divisão de responsabilidade nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, devendo haver também uma divisão de responsabilidade entre cada uma das instituições envolvidas na parceria, dentro de uma lógica de expansão do modelo gerencialista neoliberal.

Em relação à hipótese de que a realização e ampliação do ensino militar estava se dando em colégios que se encontram em áreas de grande vulnerabilidade social e criminalidade, podemos perceber que o Pecim cita que um dos critérios de seleção das escolas é a questão de situação de vulnerabilidade social da escola e dos alunos. Neste sentido, a escolha se articula com o objetivo do programa de colaborar para a formação humana e cívica do cidadão e reduzir os índices de violência nas escolas públicas.

Diante do exposto, compreendemos que o crescimento dos colégios militares está

inserido dentro do discurso da racionalidade neoliberal, através da descentralização e da divisão de responsabilidades entre instituições educacionais e de segurança pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Listagem de Unidades da FAB. **Força Aérea Brasileira**, Brasília, 06 set. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3fc4K0g>. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Conheça os 13 Colégios Militares. **Exército Brasileiro**, Brasília, 29 maio 2015. Disponível em: <https://bit.ly/304Fogv>. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Colégio Naval. **Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha**, Brasília, 15 mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/39F456k>. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, edição 173, 6 set. 2019a. Seção 1, pág. 1-7.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**, Edição 225, 21 nov. 2019b. Seção 1, p. 42-48.

BRASIL. Ministério da Educação. Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do mec. 27 fev. 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/331AEKu>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual das Escolas Cívico-Militares**. 1. ed. Brasília: ECIM, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3g7oH9t>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CASTRO, N. M. B. **“Pedagógico” e “Disciplinar”**: O militarismo como prática de governo na educação pública do Estado de Goiás. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2BDJlze>. Acesso em: 19 mar. 2019.

CERQUEIRA, J. B. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul./dez, 2008.

CRUZ, L. A. C. M. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?** 2017. 177 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

GADELHA, S. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 32, p. 171-186, maio/ago. 2009.

GADELHA, S. Desempenho, gestão, visibilidade e tecnologias como vetores estratégicos... **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 113-139, out./dez. 2017.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SAUER, M. B. **As escolas militares e a formação do sujeito no mundo contemporâneo**. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2OXRemb>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SILVA, M. R. Políticas de Currículo, Ensino Médio e BNCC. Um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015.

PALAVRAS-CHAVE: Colégios Militares. Escolas Cívico-Militares. Neoliberalismo. Pecim. Reforma Educacional.